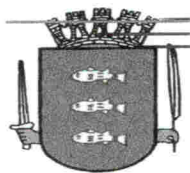




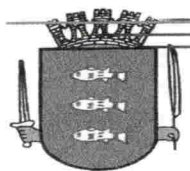
Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Marechal Deodoro

Ata da 35ª Sessão Ordinária do 2º Ano Legislativo da 18ª Legislatura em 05 de dezembro de 2018. Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 9 (nove) horas, no plenário da Câmara Municipal, foi realizada a 35ª (trigésima quinta) Sessão Ordinária do 2º (segundo) Ano Legislativo da 18ª (décima oitava) Legislatura, sob a presidência do vereador André Luiz Barros da Silva, secretariado pelo vereador Jorge Affonso Barros de Mello. Além dos membros da Mesa Diretora, fizeram-se presentes os seguintes vereadores: Aloísio Laurindo da Silva, Gilberto Medeiros da Silva, Hildebrando Tenório de Albuquerque Neto, José Wagner Costa da Silva, Neilton Costa da Silva, Nilson do Nascimento Santos, Pedro Wagner Brandão Ferreira e Ricardo Francisco Brito da Silva, registrando-se as ausências dos vereadores Ednilda Maria de Lima Oliveira, José Everaldo Souto e Marcelo Caldas Nunes. Havendo quorum regimental, o presidente declarou aberta a Sessão e autorizou a leitura de um trecho bíblico. Ato contínuo, autorizou a leitura da Ata da Sessão anterior. Na oportunidade, o vereador Ricardo Francisco solicitou a dispensa da referida leitura, sendo a solicitação aprovada por unanimidade. Em seguida, passou à leitura do Expediente, o qual constou do seguinte: Mensagem de Lei nº 22/2018 enviando o Projeto de Lei nº 22/2018, que “Institui o Sistema de Transporte Público por Táxi do Município de Marechal Deodoro (STPTMMD) e adota outras providências”. Mensagem de Lei nº 23/2018 enviando o Projeto de Lei nº 23/2018, que “Dispõe sobre a proibição da prática de Transporte Remunerado Irregular e Clandestino de passageiros no âmbito do Município de marechal Deodoro e adota outras providências”; Mensagem de Lei nº 24/2018 enviando o Projeto de Lei nº 24/2018, que “Dispõe sobre a criação de taxas e multas a serem arrecadadas pela Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT do Município de Marechal Deodoro e adota outras providências”; Mensagem de Lei nº 27/2018 enviando o Projeto de Lei nº 27/2018, que “Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual de 2018”; Ofício da Procuradoria Geral do Município enviando a Lei nº 1.254/2018, que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 998, de 03 de novembro de 2010 e adota outras providências”; Informe da Caixa sobre recursos destinados a projetos no Município; Projeto de Lei nº 021/2018, de autoria do vereador Hildebrando, que “Dispõe sobre restrições para as nomeações de cargos comissionados da administração pública direta, indireta, fundações e autarquias, empresas públicas e no Poder Legislativo do Município de Marechal Deodoro e adota outras providências”; Projeto de Lei nº 022/2018, de autoria do vereador Hildebrando, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de lista de medicamentos fornecidos na Rede Municipal de Saúde de Marechal Deodoro e adota outras providências”; Propostas de emendas ao Projeto de Lei nº 017/2018, de autoria do Poder Legislativo, que “Dispõe sobre a afixação de placas informativas em todas as obras públicas realizadas pelo Município ou por execução indireta e dá outras providências”; Propostas de emendas ao Projeto de Lei nº 018/2018, de autoria do Poder Legislativo, que “Dispõe sobre a criação de pontos de coleta de óleo de cozinha em supermercados e restaurantes de Marechal Deodoro e dá outras providências”; Indicação nº 220/2018, de autoria do vereador Hildebrando Tenório, solicitando que 60% da verba dos precatórios que foram liberadas em decisão proferida no dia 07 de novembro de 2018, tendo como exeqüente o município de Marechal Deodoro, não seja



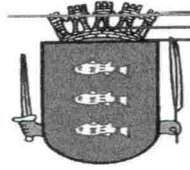
Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Marechal Deodoro

utilizado pelo município até que o MPF e TCU resolvam o imbróglio jurídico sobre a destinação correta e o direito do magistério ao rateio dos 60%; e Indicação nº 221/2018, de autoria do vereador Nilson do Nascimento, solicitando à Eletrobrás, a implantação de uma rede de baixa tensão no trecho que liga o loteamento Eldorado ao povoado Malhadas, a partir da ponte existente no referido trecho. Não mais havendo matéria inscrita no Expediente, foi franqueada a palavra. Fez uso da mesma o vereador Jorge Mello que, após saudar os presentes, justificou as ausências em sessões e audiências, parabenizou o músico Nelson da Rabeca pela comenda concedida pelo Senado e pediu autorização para retirar-se, motivado por problemas de saúde. Com a palavra, o vereador Nilson do Nascimento saudou a todos e reiterou os pedidos anteriormente formulados, ao que o presidente pediu que protocolasse as indicações escritas. Usando a palavra, o vereador Hildebrando Tenório saudou os presentes e solicitou o envio de ofício à Secretaria Municipal da Saúde objetivando melhorias nos postos de saúde das Malhadas e Cabreiras, dizendo que a unidade de saúde está há dois meses sem médicos, nem técnicos. Pedindo um aparte, o vereador Nilson do Nascimento afirmou que já está sendo providenciado. Retomando a palavra, o vereador Hildebrando Tenório justificou os projetos nºs 021 e 022/2018, apresentados no Expediente, destacando o de número 022, dizendo que cada associação deva ser representada por pessoas que já tenham seu sustento e informando que explicará tudo na Ordem do Dia. Fazendo uso da palavra, o vereador Gilberto Medeiros saudou os presentes e convidou a todos para a festa de Santa Luzia, que começa no próximo dia 10. Com a palavra, o vereador Pedro Ferreira saudou a todos e falou do projeto 018/2018, de sua autoria, explicando os principais pontos como emprego e renda, além da questão de reciclagem. Usando a palavra, o presidente André Luiz saudou os presentes e falou da audiência realizada ontem, atentando para os locais mal assistidos pelo transporte público, afirmando que a emenda fixando as localidades que deverão ter pontos fixos de transporte público municipal será coletiva, onde a população não pode mais pagar o preço de ter de se deslocar de seus bairros em direção a Rodovia para utilizar-se do transporte público. Falou dos precatórios do Fundef, dizendo ter ido ao SESI, com o vereador Ricardo Francisco, onde o prefeito afirmou que os recursos estão na conta, devendo ser instituída uma comissão de acompanhamento, afirmando mostrar à sociedade o que vai ser feito. Falou, ainda, dos 20% (vinte por cento) impostos pela justiça a título de honorários advocatícios, mas enfatizou a importância da disponibilidade dos recursos em conta e informou que irá sugerir, juntamente com o vereador José Wagner, a construção de uma escola nova, completa, no povoado Pedras, transformando a atual numa creche. Continuando, solicitou o envio de ofício ao DER, objetivando autorizar a Prefeitura a fiscalizar o trecho do Trevo ao Francês. Disse ter ido ver o asfalto da Vila Altina e constatado que é muito bom, com piso tátil, afirmando que, em 30 dias, estará concluída a drenagem até o depósito do Tião. Pedindo um aparte, o vereador Aloísio Laurindo informou que o asfalto irá até o final do Carrasco, conforme pedira ao prefeito. Retomando a palavra, o presidente falou das melhorias na Vila dos Pescadores do Francês e informou ter estado com Vítor da SPU e constatado que, mesmo com autorização, os proprietários de bares da orla de Massagueira, não estão se cadastrando, solicitando o envio de ofícios à Secretaria Municipal de Planejamento e SPU, objetivando a relação dos proprietários que já realizaram o



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Marechal Deodoro

pedido de regularização, enfatizando que há um custo, dizendo que pode ser isso um empecilho, além da necessidade da construção de fossas sépticas evitando o lançamento dos dejetos humanos e esgoto na nossa lagoa. Pedindo um aparte, o vereador Hildebrando Tenório sugeriu convidar Vítor da SPU a fim de poder vir explanar sobre a problemática citada. Retomando a palavra, o presidente disse que o prefeito recebeu notificação do MPF, tendo que explicar ao órgão porque ainda não derrubara as barracas da Barra Nova. Pedindo um aparte, o vereador Gilberto Medeiros disse já ter falado sobre isso com o prefeito. Retomando a palavra, o presidente sugeriu convidar o Sr. Vítor Braga para vir explicar a questão das citadas barracas. Continuando, o Presidente informou que está acompanhando a elaboração do Projeto de revitalização do campo das Pedras, estando o processo em andamento. Na sequência, solicitou o envio de ofício à paróquia de Juazeiro do Norte, Ceará, em agradecendo ao envio do padre para a celebração da missa dos romeiros. Não mais havendo quem quisesse fazer uso da palavra, passou à Ordem do Dia, na qual foram apreciadas as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 22, 23 e 24/2018, oriundos do Poder Executivo, lidos no Expediente, sendo os mesmos colocados em votação como objeto de deliberação e, não havendo manifestação entre os vereadores, foram aprovados por unanimidades e encaminhados às comissões competentes; Projetos de Lei nºs 021 e 022/2018, de autoria do vereador Hildebrando Tenório, lidos no Expediente e, colocados em votação em objeto de deliberação e, não havendo manifestação contrária entre os vereadores, foram aprovados por unanimidade e encaminhados às comissões competentes, tendo o presidente André Luiz explicado, em discussão, como se dá a dinâmica dos conhecimentos dos médicos em relação aos remédios disponíveis; Indicações nºs 220 e 221, lidas no Expediente e, colocadas em votação, foram aprovadas por unanimidade, tendo o vereador Hildebrando Tenório externado que fará solicitação ao MPE a fim de que seja assinado o TAC e o presidente André Luiz afirmou que tanto o MPE quanto o MPF são contra, dizendo que o prefeito assinara um TAC para não pagar e os citados órgãos são unânimes nas decisões; Veto nº 002/2018 ao Projeto de Lei nº 014/2018, sendo o mesmo colocado em votação. Pedindo a palavra, o vereador Hildebrando Tenório defendeu a permanência, afirmando não ter cometido vício de iniciativa, pedindo que seja acatado para que haja coleta seletiva. Com a palavra, o presidente fez a leitura do citado veto, explicando que no seu entendimento o Projeto de Lei cria atribuições para as secretarias, o que seria vedado pela Lei Orgânica Municipal. Pedindo a palavra, o vereador Pedro Ferreira informou achar necessária a reformulação do RI e da LOM. Retomando a palavra, o presidente procedeu à votação secreta do veto em tela e anunciou o resultado, como sendo 02 (dois) votos para manter o veto e 05 (cinco) votos para não manter o veto, informando que o veto fora rejeitado por cinco votos a dois. Não mais havendo matéria inscrita na Ordem do Dia, foi franqueada a palavra. Fez uso da mesma o vereador Hildebrando Tenório pedindo a tramitação dos projetos já lidos, a fim de esvaziar a pauta no final do ano. Não mais havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o presidente anunciou a realização da audiência pública da saúde para daqui a pouco, lembrou a realização da reunião das comissões na terça-feira, dia 11, convocou os pares para a próxima, dia 12 de dezembro, agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão, do que,



Estado de Alagoas
Câmara Municipal de Marechal Deodoro

para constar, eu, Arlete de Lima e Silva lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos competentes. Marechal Deodoro/AL, 05 de dezembro de 2018.

Arlete de Lima e Silva